

## O CERCAMENTO DO CAMPESINATO PELO CAPITAL EM ITAPURANGA, GO

## THE FENCING OF THE PEASANTRY BY THE CAPITAL IN ITAPURANGA, GO

Edson Batista da SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de discutir as ações do agronegócio no município de Itapuranga, as consequências produzidas para a produção agropecuária e as resistências articuladas a este processo pelo campesinato itapuranguense. Para isso foram realizadas pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Além de busca de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros. Além da pesquisa de campo, com observação sistemática e realização de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados apontam que na década de 2000 ocorreu uma ampliação da produção de cana-de-açúcar, por meio da empresa Vale Verde Empreendimentos Agrícolas amparada pelo Estado. Esse processo acarretou na queda de produção de atividades agropecuárias típicas do campesinato devido aos arrendamentos. Não obstante, a resistência histórica dos camponeses itapuranguenses, com a formação de organizações de luta pelo direito a sua reprodução social desde a década de 1960 permitiu a recuperação de algumas atividades nos primeiros anos da segunda década do século XXI.

**Palavras-chave:** Campesinato. Agronegócio. Resistência camponesa. *Commodities*.

**Abstract:** This paper has as an objective to discuss the actions of the agribusiness in Itapuranga town, the consequences produced for the livestock production and the resistances articulated to this process by the peasantry from Itapuranga. For this it was carried out bibliographical research, with location, survey, reading and categorizing of references. In addition to search of secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), Mauro Borges Institute (IMB), among others. In addition to the field research, with systematic observation and performance of semi-structured interviews. The results indicate that in the 2000's occurred an expansion of sugar cane production, through Vale Verde Agricultural Ventures company supported by the State. This process resulted in the fall in production of agricultural activities typical of the peasantry due to the leases. Nevertheless, the peasants' historic resistance from Itapuranga, with the formation of organizations to fight for the right to their social reproduction since the 1960's has led to the recovery of some of the activities in the first years of the second decade of the 21<sup>st</sup> century.

**Keywords:** Peasantry. Agribusiness. Peasant Resistance. *Commodities*.

### Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás, trata-se de um recorte temático que demonstra a ação hegemônica do capital no campo, que produz reações dos explorados. O recorte espacial adotado, o município de Itapuranga, teve por intuito entender as ações do capital e as reações articuladas pelo campesinato nesse local, quanto ao recorte temporal, de 2000 a 2013, visou analisar como se materializou neste município o que Delgado (2013) denomina como a escolha do Estado pela

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), docente da Universidade Estadual de Goiás e doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG, pesquisa desenvolvida na UEG em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT). Email: edson\_bat\_silva@hotmail.com

sustentação da economia do agronegócio, viabilizada por um pacto de poder de economia política. Segundo o IBGE (2015) Itapuranga tem origem na solicitação de frades dominicanos da cidade de Goiás, de terras localizadas as margens do Ribeirão Canastra.

O topônimo “Xixa” se refere à realização da primeira missa campal a sombra de uma árvore conhecida como Xixazeiro. A instalação de comerciantes e fazendeiros fortaleceu o povoado, que ascendeu a categoria de vila em dezenove de dezembro de 1943, pelo decreto nº 8.305. O topônimo Xixa foi mudado pela Câmara Municipal do Município de Goiás para Itapuranga, que significa em tupi/guarani pedra vermelha. A vila se elevou a categoria de município pela Lei Estadual nº 748, de três de Julho de 1943. Segundo o IBGE (2015) o município tem uma área de 1.276,479 Km<sup>2</sup>, conta com 26.125 habitantes, sendo 21.235 no centro urbano e 4.890 no espaço agrário, está localizado na mesorregião do Centro Goiano e na microrregião de Ceres.

A questão central que motivou a pesquisa foi entender até que ponto há um cerco do capital, representado pelo agronegócio ao campesinato itapuranguense e como esse sujeito social reage a esse processo. Com isso, o objetivo geral foi entender o cerco do capital a esse sujeito social e suas reações ao agronegócio. Para atingir esse objetivo se procedeu à pesquisa bibliográfica, com a localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Assim como a busca de dados secundários no IBGE, no IMB, no INCRA, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e em sítios de organizações que atuam no município. Além disso, se realizou pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista semi-estruturada com membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI) e integrantes da Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI), também procedeu a observação sistemática na Feira do Produtor Rural. Os dados e informações coletados foram tabulados e apresentados em gráficos, em tabelas e no corpo do texto.

Na apresentação das entrevistas e na menção aos proprietários de terras que arrendaram áreas para a usina se adotou nomes fictícios, tendo em vista a preservação da integridade dos mesmos. Já os depoimentos foram expostos, graças à autorização dos entrevistados. O artigo está dividido em três partes; na primeira se discute o conceito de campesinato, na segunda o termo agronegócio e na terceira a ação do agronegócio em Itapuranga e a reação do campesinato. Desta maneira, no próximo item o debate se vincula a categoria campesinato.

### **Por que ainda falar de camponeses?**

Costa (2013) na crítica a Alves & Buainain et. al (2013), ironiza a ideia do novo rural, com o termo: “*o novo, de novo.*” Segundo ele, este entendimento seria a reedição de uma leitura do agrário com origens no século XIX, com a leitura de Kautsky (1998) da industrialização da agricultura e por conseguinte de extinção do campesinato, além da análise leninista de diferenciação deste sujeito social. Portanto, o dito “novo rural” representaria a reafirmação de teses já levantadas em séculos anteriores, assim como a prevalência de um viés teórico-metodológico unilinear e evolucionista da história. Guzmán & Molina (2005) acreditam que tais afirmações se estruturam em compreensões equivocadas de Kautsky (1998) e Lênin (1870-1924). Pois, segundo Guzmán & Molina (2005) o primeiro defendia a existência de um setor camponês na economia capitalista, como fonte de acumulação contínua. Diante disso, tais análises sobre o “novo rural” reportam ao próprio Marx (1818-1883), para defender o campesinato como resíduo histórico, como saco de batatas. Todavia, negligenciam outras leituras desse autor, como a da carta a Vera Sassulitch de 1881 (2005), em que discorre sobre as possibilidades socialistas da comuna rural, inclusive de regeneração da sociedade russa.

Costa (2013) é coerente ao mencionar que essa leitura nega a diversidade estrutural do agrário, tanto na sua natureza, quanto na sua essência. Portanto, nega a materialidade composta por campeonatos. No mesmo sentido Mattei (2014) afirma que há a intencionalidade de refutar a questão agrária, de afirmar a supremacia da agricultura moderna e conseqüentemente a produção ditada por agricultores modernos e eficientes. O campeonato neste cenário é o sujeito do atraso, do passado, sequer merece menção, porque retoma argumentos descabidos. Portanto, como declara Mattei (2014), com isso perde-se a capacidade de analisar o agrário pela perspectiva multidimensional e multifacetária. Sendo assim, a escolha da categoria campeonato se sustenta no entendimento de que o agrário é complexo, composto por territórios diversos.

Além disso, como afirma Costa (2013), há campeonatos diferentes espalhados pelo Brasil, conhecê-los é fundamental para evitar o risco de destruir capacidades e aprofundar mazelas. Essa escolha implica no esforço de considerar os elementos *a priori* que caracterizam este sujeito social. Segundo Wanderley (2014), o campeonato, como forma social de produção, representa um modo de vida e uma identidade própria. Woortmann (2006) destaca que esse modo de vida se estrutura em três categorias culturais: terra, família e trabalho. Ademais, afirma que nesta tríade há relações de reciprocidade, de modo que não se pensa a terra sem reportar a família, sendo que o trabalho nela permite a reprodução familiar. Almeida (2006) acrescenta que essas categorias culturais instituem um *habitus* de classe do campeonato, um *modus operandi* sobre o mundo.

Entretanto, Vergés (2011) argumenta que o campeonato é uma classe explorada pelo capital, sendo produto das suas necessidades de reprodução ampliada. Desse modo é explorado por diversos caminhos, ora na compra dos meios de produção, ora na comercialização da mercadoria camponesa, ora na aquisição dos meios de vida, ora na aquisição de empréstimos. Portanto, este autor dialoga com Luxemburgo (1985), que afirma a necessidade de permanência de formas não capitalistas de produção como caminho para a reprodução ampliada do capital. Não obstante, Vergés (2011) adiciona que o campeonato pode se constituir em classe *para si*, principalmente frente às ameaças de proletarização. Como afirma Shanin (2005), as contradições do capital levam-no a existir a partir da consciência e da ação política direta de seus membros. Já Guzmán & Molina (2005) defendem que o campeonato é mais do que uma categoria histórica, se constitui numa forma própria de manejar os recursos naturais, os agroecossistemas locais, dotado de um conhecimento próprio sobre o seu entorno, condicionado pelo nível tecnológico.

Calaça (2010) destaca que no Cerrado a produção camponesa envolve conhecimentos e práticas agrícolas produzidas ao longo do tempo, transmitidas das gerações mais velhas para as mais jovens. Nesse ínterim, Brandão (2009) denomina esse processo de “contraracionalidades” camponesas. Segundo ele o camponês ainda olha para o sol e ao mesmo tempo observa o relógio, subordina o calendário oficial as festas populares e estações do ano.

Ademais, os ritos religiosos e costumes antigos ainda estão presentes, como no preparo do terreno para o plantio. Também conhece o Cerrado, pois diferencia a “madeira” do “pau”, assim como determina usos para diversas espécies deste bioma. Os camponeses existem como sujeitos sociais por inteiro. Desse modo, como descreve Wanderley (2014), os esforços para a própria invisibilidade estão vinculados ao intento de diluição do conteúdo histórico-político, tendo em vista a substituição pela categoria funcional de agricultor familiar, que responde aos imperativos do agronegócio. Portanto, como destaca Shanin (2005), a capacidade explicativa da categoria campeonato ainda não se extinguiu, o que remete a coerência na sua utilização. Adiante se faz necessário parar no “cais do porto”, para “dois dedos de prosa” sobre agronegócio.

### **A ação hegemônica do capital no campo: o agronegócio**

Os neologismos são perigosos, podem servir os intentos de determinados grupos e organizações sociais. Como destaca Bezerra (2009), no agronegócio há um aparato discursivo/estratégico nascido da consciência prática da sociedade de classes. Desse modo, a criação do termo agronegócio vinculado à ideia de moderno, dinâmico, fundamental a economia nacional, serve aos grupos sociais hegemônicos no agrário. Bezerra (2009) reitera que há um marketing do agronegócio, que procura associá-lo a dimensão do cotidiano, imprescindível à vida de todo dia. Portanto, concorda-se com Santos (1996), a produção do espaço é mediada por uma psicofera. Como relata Bezerra (2009) o agronegócio é um metametaconceito, que envolve aspectos centrais de elaboração e agrega elementos políticos, culturais e ideológicos.

Todavia, como a leitura dos processos sociais envolve ideologia é necessário precisão no entendimento dos conceitos, para evitar o risco do uso descuidado. Sabe-se que o agronegócio tem sido objeto de diversas compreensões. Martins (2012), por exemplo, o define como uma aliança de classes no campo, composta pelos empresários rurais, pelos latifundiários, pelas corporações multinacionais, com o amparo do Estado. Fernandes & Intini (2013) afirmam que este amparo é garantido pela bancada ruralista. Trata-se de um grupo de parlamentares que compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária, inseridos em diversos partidos, tanto de oposição quanto de situação e que defendem o agronegócio por meio de um núcleo operativo.

Além disso, ocupam espaços no poder executivo, com o controle do MAPA, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outras instituições. Neste cenário Teixeira (2013) destaca que não é o agronegócio que ousa no campo, mas o Estado. Enquanto isso Fernandes & Welch (2008) defendem que as multinacionais são as grandes beneficiadas desse processo, pois controlam o conhecimento, as tecnologias, as políticas agrícolas, os discursos e o mercado de alimentos. Outro entendimento renovado deste conceito é fornecido por Delgado (2013), segundo ele o agronegócio é um novo pacto de poder de economia política, refere-se à soma de negócios no e com o agro, ou seja, com as atividades desenvolvidas no campo.

O autor estabelece duas fases no seu processo de estruturação no Brasil; a primeira ditada pela aliança da oligarquia agrária com o Estado, por meio da modernização conservadora, a segunda se circunscreve a economia do agronegócio. A diferença entre elas é que no início a agricultura cumpriu o papel de sustentação da industrialização e depois serviu aos objetivos de reestruturação da política econômica, com priorização das *commodities* e, por conseguinte, reprimarização do comércio exterior. De acordo com Delgado (2013), o agronegócio se sustenta em vantagens comparativas naturais, com o monopólio das terras e de recursos minerais. Carvalho (2013) acrescenta que isto promove a acumulação primitiva via espoliação. Segundo o autor os seus agentes tem origem também no capital internacional, como as multinacionais de insumos e os atores do capital especulativo, que transformam o capital fictício em renda capitalizada por meio da aquisição de terras.

Leite & Medeiros (2012) afirmam que há aspectos institucionais, políticos, econômicos e ideológicos no conceito de agronegócio. Delgado (2013) menciona como aparatos ideológicos as mudanças casuísticas que alteram regras constitucionais, as ações propagandísticas das associações do setor nos meios de comunicação, a pressão pela ampliação dos recursos via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do controle e conseqüentemente da passividade de instituições estatais, como o INCRA, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, entre outras.

Teixeira (2013) apresenta instrumentos institucionais adotados após 1990 favoráveis ao setor. Ele destaca, por exemplo, a criação da lei de cultivares e patentes, a isenção de imposto de renda para a pesquisa com sementes, a reclassificação da toxicidade dos agrotóxicos no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a permissão de maior aplicação de Glifosato na soja. Também há a criação dos fundos constitucionais de financiamento, a aprovação da lei Kandir, os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a criação do novo código florestal e a regularização de terras na Amazônia, pelo programa Terra Legal. Segundo Carvalho (2013), Delgado (2013) e Teixeira (2013) os resultados do agronegócio são a permanência de trabalhadores em condições “análogas a de escravidão” e a consequente apropriação de mais-valia absoluta pelo capital, além da superexploração dos recursos naturais, a concentração da terra e da renda e a apropriação privada da natureza.

Carvalho (2013) afirma também que há a expropriação do campesinato e sua negação como sujeito social. O fato é que como declaram Fernandes & Welch (2008), no agronegócio a posição do campesinato é subalterna. Isto porque em acordo com Delgado (2013), no centro da disputa está a renda da terra. Portanto, entende-se que esse autor é coerente ao afirmar que o agronegócio é um pacto de poder de economia política. Nele, como comprovam Teixeira (2013) e Fernandes & Intini (2013), é evidente o apoio do Estado, com a adoção de uma posição subalterna frente aos interesses dos grupos hegemônicos que atuam no agrário. E como descreve Bezerra (2009), sua sustentação se faz também por uma produção conceitual, que o transforma num metametaconceito. O fato é que seus resultados tem sido nefastos para o campesinato, com a ampliação da subalternidade. No próximo tópico a discussão se verte para o “cerco” do campesinato pelo capital no município de Itapuranga.

### **O cerco do campesinato em Itapuranga e a articulação das resistências**

Segundo Brandão (1986) a formação do município de Itapuranga envolveu a migração de famílias vindas de outras partes do estado de Goiás, assim como de outros estados da federação, como Minas Gerais. De acordo com o autor, em muitas situações elas venderam as propriedades nas regiões de origem para comprar outras neste município. Inicialmente a venda da terra em outros estados permitia a aquisição de uma área extensa no município supracitado, pois a terra tinha preços irrisórios e eram doadas pelo Estado, mediante a simples requisição. Brandão (1986) destaca a migração de famílias agrupadas, sob o comando do chefe de uma delas, geralmente o que adquiria a terra. A migração se constituía do núcleo familiar extenso do proprietário e das famílias agregadas, formada pelos que não tinham laços consanguíneos com o dono.

A ocupação da fazenda era realizada pelo parentesco e segundo um conjunto de deveres e obrigações. Por exemplo, os filhos casados tinham direito a própria casa, ao cercamento de pastos e ao plantio da roça sem ter de pagar pelo uso da terra. Já os filhos jovens, também recebiam uma área destinada ao plantio, sem a necessidade de pagamento de uma percentagem da produção. Enquanto os irmãos e os agregados eram obrigados a pagar pelo direito de utilização da terra. Esse sistema de exploração se esfacelou com a morte dos proprietários. Com isso, a terra foi dividida entre os herdeiros diretos, que permaneceram com ela, venderam-na a um de seus irmãos, ou a comercializou com outro indivíduo. Os agregados migraram para a fronteira agrícola, ou para os centros urbanos. Portanto, as grandes fazendas foram se transformando em propriedades camponesas, conduzidas pelo trabalho familiar, ou por agregados que almejassem cultivar lavouras sobre o regime de meação. Este processo contribui para explicar a estrutura agrária de Itapuranga, observada na tabela 1, nela nota-se a

predominância da pequena propriedade. Entretanto, não concentram a maior área, pois detêm 39.459,50 hectares, enquanto as médias propriedades possuem 42.117,90 hectares.

Além disso, há grandes propriedades no município, que dominam 34.254,40 hectares. Portanto, contrário ao discurso corrente no imaginário social do município, Itapuranga não produziu uma reforma agrária “natural”, pelo contrário, vivencia a ampliação da concentração da propriedade. Pois, as pequenas propriedades, com as partilhas subsequentes entre herdeiros tem se tornado minifúndios, incapazes de sustentar a família proprietária, com isso a tendência é sua aquisição por médios ou grandes proprietários, o que amplia a área de domínio destes.

Tabela 1: Imóveis Rurais Cadastrados no INCRA, Estado de Goiás, Município de Itapuranga-2003.

Município	Módulo fiscal	Área (ha)	Imóveis	
			Qtde.	Área (ha)
Itapuranga	20		2.026	115.831,80
Pequena propriedade		de 0 a 8	1.681	39.459,50
Média propriedade		mais de 80 a 300	290	42.117,90
Grande propriedade		mais de 300	55	34.254,40

Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Org: SILVA, E. B. da, 2015

Associado a isto, o conceito adotado pelo INCRA (2015), denomina como imóvel rural uma área contínua utilizada para a exploração agropecuária e agroflorestal, que independe de localização. Portanto, isto permite uma ampliação do número de imóveis, principalmente de pequenas propriedades, pois desconsidera que um proprietário possa ter dois, três, ou mais imóveis sobre seu controle. Na tabela 2 esta hipótese assume mais veracidade, isto porque ao contrário da divulgação dos dados do INCRA (2015), que menciona a presença de 2.026 imóveis rurais, o IBGE (2006) apresenta somente a presença de 1.459 estabelecimentos agropecuários.

Tabela 2: Utilização das Terras, (ha), Estado de Goiás, Município de Itapuranga-2006.

Número de estabelecimentos	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens plantadas	Pastagens naturais	Matas e florestas
1.459	553	10.576	36.364	5.961	11.623

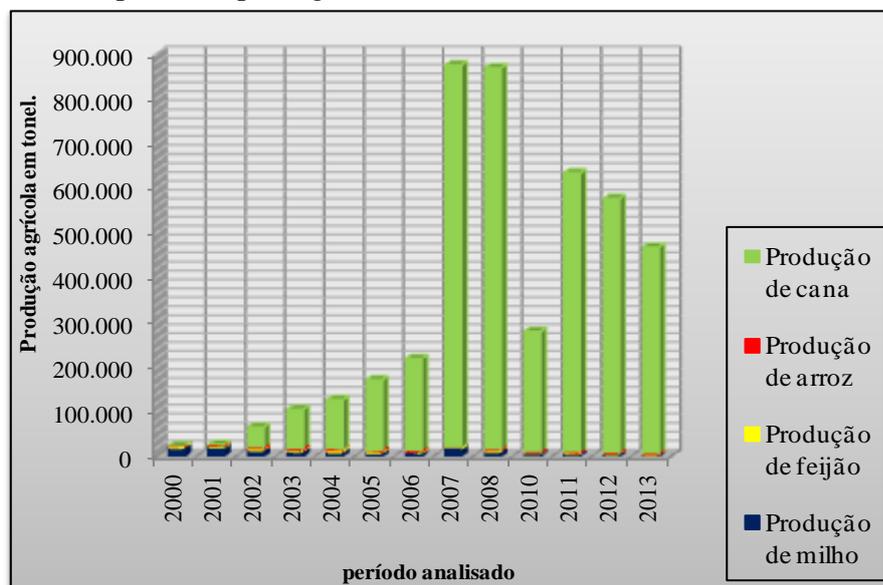
Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Org: SILVA, E. B. da, 2015.

Neste ínterim, o IBGE (2006) considera como estabelecimento todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação, formado de uma ou mais parcelas subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária. Neste sentido, este instituto leva em conta a totalidade de áreas sobre o domínio de um único proprietário, o que acarreta na diminuição do número de estabelecimentos e, por conseguinte, não amplia o número das pequenas propriedades. Quanto à utilização da terra, observa-se a monocultura das pastagens plantadas. Porém, segundo o IBGE (2006), 4.295 hectares delas encontram-se degradadas, devido ao manejo inadequado e a ausência de conservação.

Já as pastagens naturais são diminutas. Quanto às matas e florestas o IBGE (2015) destaca que o plantio de florestas de essências florestais acarretou na produção de 120 toneladas de carvão vegetal e 165.000 metros cúbicos de madeira provenientes do eucalipto, o que correspondeu a R\$ 306.600,00. Não obstante, é representativo o uso do solo pelas lavouras temporárias. No Gráfico 1 se observa algumas das culturas agrícolas cultivadas em Itapuranga, nele é notório o predomínio da cana no que se refere à lavoura temporária, com

uma produção ascendente de 2000 a 2008, sendo que para 2009 não há dados disponíveis e entre 2010 e 2013 sofreu variações, tanto para mais quanto para menos. Desse modo, a cana saiu de 800 toneladas em 2000 para 885.000 toneladas em 2008, caindo para 463.592 toneladas em 2013.

Gráfico 1– Produção Agrícola em Toneladas de Diferentes Culturas Agrícolas (2000 a 2013), Estado de Goiás, Município de Itapuranga.



Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB. Org: SILVA, E. B. da, 2015.

A resposta para o predomínio desta cultura está na presença da empresa do setor sucroenergético Vale Verde Empreendimentos Agrícolas, territorializada desde 2005 em Itapuranga, que adquiriu as instalações da empresa PITE S/A. Segundo o Grupo Farias (2015) detentor da empresa, a sua capacidade produtiva é de 1,3 milhões de toneladas de cana por safra e 103 mil m<sup>3</sup> de etanol. O Grupo Farias tem atuação nos setores sucroenergético, agropecuário, fruticultor, logístico e de desenvolvimento imobiliário e segundo as informações fornecidas no sítio do grupo, conta com seis unidades produtivas de agrocombustíveis, localizadas em quatro estados brasileiros (Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Acre).

O Estado, por meio do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), foi fundamental no crescimento da Vale Verde. Segundo o Relatório do PAC (2010), a empresa recebeu entre 2007 e 2010 o valor de R\$ 143,2 milhões do governo federal, como parte das estratégias estabelecidas para o crescimento do setor de agrocombustíveis. Esse aporte financeiro foi significativo para a monopolização da produção de lavoura temporária, com a produção em 20 hectares de cana em 2000 saltando para 7.239 hectares em 2013. Como declara Teixeira (2013) o Estado sustenta o agronegócio no Brasil, com políticas de crédito, além de prorrogação, repactuação e perdão de dívidas, entre outras medidas. Desta maneira, no Gráfico 1 nota-se a consequência desta política pública setorial, com a ampliação dos arrendamentos e a diminuição de culturas típicas da produção camponesa, a de arroz e de feijão. Assim o primeiro caiu de 3.080 toneladas em 2000 para 720 toneladas em 2013, enquanto o feijão obteve 480 toneladas em 2000 e somente 28 toneladas em 2013. Quanto à área, o primeiro ocupava 1.400 hectares em 2000 e 300 hectares em 2013, já o segundo ocupava 800 hectares em 2000 e 50 hectares em 2013.

Almeida & Machado (2012) contribuem no entendimento dessa questão, afirmam que apesar da maioria das propriedades em Itapuranga serem camponesas, de um total de setenta famílias entrevistadas, vinte e duas dessas famílias, ou 31,4% delas não tinham acesso ao Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF). Das demais famílias que receberam o financiamento, os valores liberados ficavam entre R\$ 2.000 e R\$ 12.500, sendo que 28,8% consideravam insuficiente este valor, 50% tinham dificuldades para obtê-lo e 39,6% encontravam dificuldades para liquidá-lo. Além disso, 66,7% acreditavam que o programa precisava melhorar, 64,6% viram poucas melhorias em suas vidas após o acesso ao PRONAF, enquanto 52,6% dos atendidos não tinham acesso à assistência técnica.

Como declara Delgado (2013), no pacto de poder de economia política do agronegócio há uma ampliação dos financiamentos para as *commodities*. Os espaços de reprodução camponesa são monopolizados e sua atividade produtiva sofre com políticas públicas precárias, isoladas e benéficas ao agronegócio, o que evidencia que não há políticas territoriais sólidas elaboradas pelo Estado. Portanto, como declaram Fernandes & Welch (2008) neste processo o campesinato assume posição de subalternidade. A tabela 2 reafirma a “asfixia” da produção camponesa na última década. O tomate de mesa caiu da produção de 750 toneladas em 2001 para 120 toneladas em 2013, a mandioca de 4.500 toneladas em 2000 para 375 toneladas em 2013, enquanto somente a produção de guariroba atingiu crescimento de 1.500 toneladas de palmito cultivadas em 2000 para 3.475 em 2013.

Tabela 3: Produção Vegetal (2000-2013), Estado de Goiás, Município de Itapuranga.

Períodos	Produção de tomate, (T.).	Produção de palmito, (T.).	Produção de mandioca, (T.).	Produção de soja, (T.).	Produção de sorgo (T.).	Produção de café (T.).
2000	-	1.500	4.500	220	-	-
2001	750	1.500	3.600	-	-	405
2002	750	1.500	3.600	4.500	-	405
2003	1.200	1.500	3.600	480	-	48
2004	1.200	750	1.280	600	108	175
2005	750	750	1.600	300	-	175
2006	875	1.350	1.000	-	-	200
2007	420	1.950	4.300	-	-	200
2008	-	3.600	750	-	15	-
2009	600	3.600	750	-	-	-
2010	-	2.600	1.500	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-
2013	120	3.475	375	-	-	-

Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

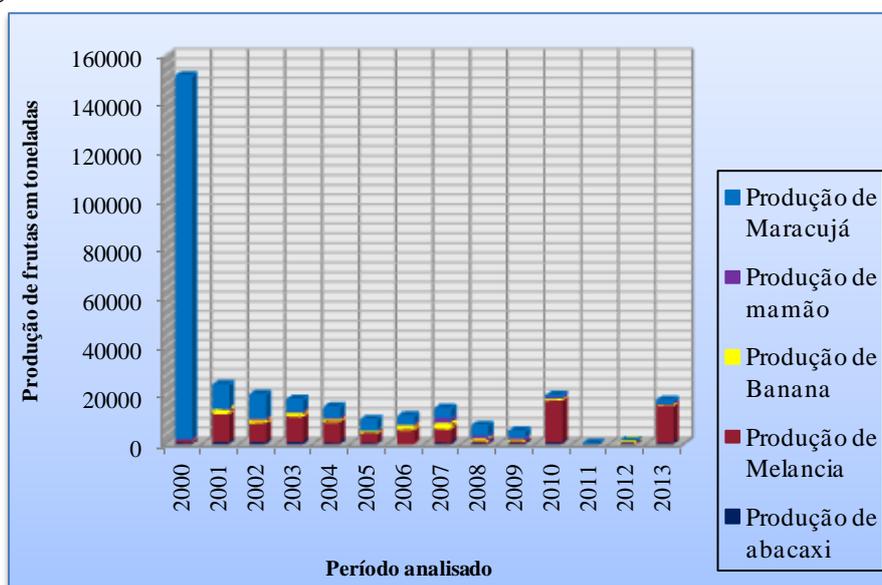
Org: SILVA, E. B. da, 2015

Já a produção de sorgo, soja e café foram diminutas, o que reforça o domínio territorial ditado pela monocultura da cana. Isto se torna também evidente quando se analisa a produção das lavouras permanentes de fruticultura. No Gráfico 2 se evidencia a diminuição significativa da produção de maracujá, que obtinha 150.000 toneladas em 2000 e apenas 1.620 toneladas em 2013. Já o mamão passou por períodos de crescimento e queda, saiu de 30 toneladas de produção em 2000, atingiu 1.900 toneladas em 2007 e a partir de então diminuiu para 300 toneladas em 2013. O cultivo de abacaxi também sofreu quedas nos últimos anos, com a produção de 250 toneladas em 2000 para 200 toneladas em 2012. Por outro lado, a produção de banana e melancia tem obtido aumento de produção, a primeira passou de 120 toneladas no início de 2000 para 960 toneladas em 2012, enquanto a segunda detinha 1.200 toneladas em 2000 e alcançou 16.000 toneladas em 2013.

Entretanto, o fato é que se for somado à área ocupada com as principais culturas temporárias discutidas, assim como aquela territorializada com as culturas permanentes analisadas, se obtém para o ano de 2013 o valor de 1.928 hectares de produção, enquanto para a cana-de-açúcar este número corresponde a 7.239 hectares. Isto demonstra o uso e apropriação do espaço pela produção agrícola do agronegócio, vinculado às *commodities* de produção de agroenergia, ou seja, a expansão da monocultura da cana no município se materializou pela monopolização do território camponês, com a expansão dos arrendamentos de propriedades de famílias policultoras. Em busca de lucro a Vale Verde não se territorializou, pois o interesse maior é explorar o solo no máximo de sua capacidade. Na análise de um contrato estabelecido entre essa empresa e um proprietário ficou evidente essa assertiva.

Desse modo, foi possível constatar que nele há a definição de seis anos de duração, com possibilidade de renovação automática, salvo quando houver manifestação contrária de qualquer uma das partes, até seis meses antes do fim do contrato. No entanto, o fim dele também está atrelado à produtividade do canavial, sendo que na hipótese de viabilidade para mais uma ou duas safras a empresa terá o direito de permanecer na terra por este período. A área arrendada em questão foi de dezenove hectares, ou seja, se tratava de uma propriedade camponesa. Nela, o proprietário, mesmo arrendando a terra, ficava responsável pelas áreas de preservação ambiental. O pagamento era realizado por meio de parceria agrícola, em que a empresa adquiria 904.344 toneladas de cana do proprietário, tendo como parâmetro de cálculo 115 kilogramas de açúcar total aproveitável.

Gráfico 2 – Produção de Frutas em Toneladas, de 2000 a 2013, Estado de Goiás, Município de Itapuranga.



Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB. Elaboração: SILVA, E. B. da, 2015.

Outro aspecto que ficou evidente na análise do contrato é que o dono do imóvel, após retomá-lo terá de reconstruir toda a infraestrutura e logística necessária à produção, pois a usina tem a responsabilidade apenas de destruir as soqueiras de cana e realizar a gradagem pesada. Como declara Santos (1996), o capital nômade se preocupa com sua reprodução ampliada, com isso organiza o território para o capital e o desorganiza para o campesinato. Teixeira (2013) acrescenta que a escolha do Estado pela sustentação política e econômica do agronegócio, acarreta na negação da soberania alimentar. Importam-se alimentos básicos, o

que provoca aumentos nos seus preços no mercado interno e com a eliminação das barreiras alfandegárias, se lança os produtores locais na seara competitiva do mercado internacional. Mas o campesinato itapuranguense é resistente, na entrevista com o antigo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), o senhor Geraldo, foi relatado essa característica. Segundo ele, o início da luta em Itapuranga ocorreu no final de 1950, com a formação da Associação dos Camponeses, dirigida por Claudio Mendes, que recebia apoio do Partido Comunista (PC), por meio de Gregório Bezerra.

Com a extinção dessa associação, ocorre a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no final da década de 1960. Nelas o padre Marciano e o padre Ivo Poletto, ligados a diocese de Goiás, dirigida por Dom Tomaz Balduino, realizavam a formação dos fiéis seguindo os princípios da Teologia da Libertação. O que desperta a reação da elite local, que invade a paróquia e expulsa os dois frades. No entanto, o senhor Geraldo menciona que o ocorrido ativa a unidade dos pobres, articulada por Dom Tomaz, que decide retomar os sindicatos da diocese sob o controle dos latifundiários, já que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) em 1970 era dirigida por um latifundiário. Com isso, com o apoio da igreja conseguem ocupar a diretoria e passam a defender os trabalhadores rurais em suas demandas.

Na entrevista com o presidente da COOPERAFI, o senhor Gilmar, ele destacou que o SRTI foi fundamental para tomar a direção do Hospital do Funrural em 1978, que se tornou a Associação Popular de Saúde. Além disso, possibilitou a formação de outras organizações, como a Sociedade da Vaca, que visava realizar a compra coletiva de carne bovina, devido ao preço elevado no comércio varejista. Além da Associação da Semente e do Adubo, formada com vistas à aquisição coletiva de insumos. O senhor Geraldo destacou também, a luta do STRI, apoiado pela igreja e por jornalistas do Jornal Diário da Manhã, pelas terras ocupadas pelos camponeses da Fazenda Córrego da Onça, segundo suas palavras:

Na época o Aureliano José Caiado, o fiote, despejó todas as famílias, o governo era dos Caiado, o governo do estado era do Brasil Caiado. Esse cidadão conseguiu uma escritura em algum canto e em cima dela que ele utilizô pra despeja aquelas pessoa, pessoas que tinha cinquenta anos ou mais na terra, como é o caso dos Lopes, a família Lopes. Seu João tinha nascido lá, já tava velho, tinha filho, neto lá, aquela coisa tudo. E ele chegô e disse: eu só o dono, e conseguiu, porque primero a justiça tudo era do lado deles. Aí o sindicato entrô, o importante é que foi a primeira desapropriação em benefício social do estado de Goiás. Até então não tinha movimentos grandes por questão de terra essas coisa aqui, tinha o sindicato que defendia essas coisa. [...] esses posseiro num era sem-terra, era os verdadeiro dono da terra [...] esse fazendeiro que tinha um mundo veio de terra é que tava tomano deles. (entrevista realizada em onze de Outubro de 2014).

A desapropriação da Fazenda do Córrego da Onça permitiu a permanência de trinta e duas famílias camponesas territorializadas. Como resultado da luta sindical no município houve a formação da Cooperativa mista COMIL, que visava a compra coletiva de bens de consumo duráveis e não duráveis, com sua extinção foi formada a COOPERAFI em 1997, como resultado de um conjunto de lutas camponesas históricas em Itapuranga. De acordo com Gilmar, a Cooperativa conta com cento e trinta e cinco sócios, possui uma agroindústria de processamento de frutas, está inserida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolve projetos de horticultura com produção agroecológica, com parcerias com a Associação da Agricultura Orgânica (ADAO), sediada em Goiânia. Ademais como de produção de leite, em que possui

cinquenta e quatro tanques, com capacidade para vinte e dois mil litros de leite em média, comercializado com a Central das Cooperativas de Leite (Central/Leite).

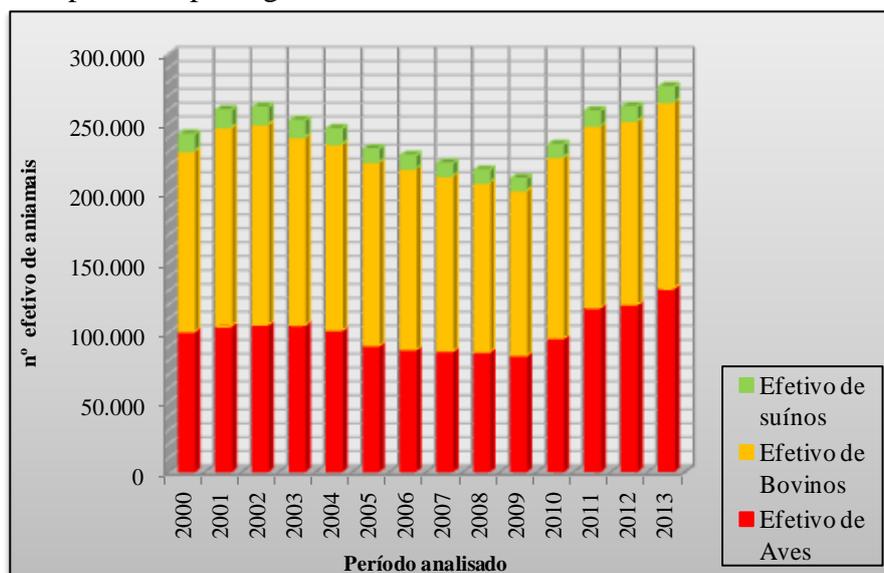
A coleta de leite atinge os municípios de Guaraita, Cidade de Goiás e Itapuranga. Em dezoito de Outubro de 2014, data da entrevista, a cooperativa pagava pelo litro do leite R\$ 1,03 enquanto as empresas do setor ofereciam 0,85 centavos aos camponeses do município. De acordo com Claudio, produtor cooperado: “*se não fosse a cooperativa muitos de nós não taria mais na roça.*” (Entrevista realizada em dezoito de Outubro de 2014). Além da COOPERAFI, existem no município treze associações camponesas, com duzentos e quarenta associados. Portanto, essas organizações, com o arrefecimento e fim do deslumbramento com o discurso estratégico da Vale Verde, devido principalmente ao atraso contínuo nos pagamentos das taxas de arrendo, fez com que muitos camponeses retomassem a terra e, por conseguinte, as atividades produtivas.

Outra estratégia camponesa de resistência com origem no STRI é a Feira do Produtor Rural, realizada toda quinta-feira, a partir das 17hs, além da Feira de domingo, que se inicia a partir da 7hs. Na visita a campo aos dois espaços, no dia vinte e três de Abril de 2015 e cinco de Abril de 2015 respectivamente, foi constatado por meio de observação sistemática, que nas bancas dos camponeses eram ofertadas mercadorias que não aparecem nas estatísticas oficiais do IBGE. Desta forma, se observou a presença de produtos hortifrutigranjeiros, como: chuchu, couve, alface, batata-doce, abóbora, quiabo, jiló, maxixe, abacate, tangerina (mexerica), limão, cenoura, beterraba, entre outros. Além disso, também eram ofertados produtos da indústria artesanal camponesa, como: rapadura, doce de leite, doce de figo, pé de moleque, queijo, requeijão, queijo trançado, quitandas (bolos de arroz, fubá, petas, biscoitos e enroladinhos), polvilho, farinha, etc.

Isto comprova a importância da produção camponesa para o abastecimento local e para a dinâmica econômica do município e demonstra que há uma produção camponesa invisibilizada nos dados oficiais. O que apresenta os riscos de mensuração da importância desta produção baseado somente nesses dados, ou seja, a pesquisa de campo com a coleta de dados primários permite um melhor refinamento dos resultados. Vinculado a isto, além da recuperação da produção de palmito de guabioba, de banana e de melancia mencionada anteriormente, no Gráfico 3 se observa uma relativa recuperação do número efetivo de criações animais por cabeça. Constata-se, por exemplo, que o efetivo do rebanho bovino contava com 130.000 cabeças em 2000, caiu para 118.720 cabeças em 2009 e passou para 134.000 cabeças em 2013.

Já o efetivo de aves detinha 100.300 cabeças em 2000, teve uma queda para 83.075 em 2009 e atingiu 131.480 cabeças em 2013. Já o efetivo de suínos possuía 12.000 cabeças em 2000, teve sua maior queda em 2009, chegando a 8.640 cabeças e subiu em 2013 para 10.800 cabeças. Quanto à piscicultura, o IBGE (2015) destaca que a produção de Pacu e de Patinga foi de 157.000 quilos (Kg), correspondendo ao valor de R\$ 895 mil, a produção de Piau, de Piapara, de Piaçu e de Piava foi de 5.000 Kg, obtendo-se o valor de R\$ 35 mil, a de Pintado, de Cachara, de Surubim entre outros foi de 37.000 kg, totalizando o valor de R\$ 518 mil, enquanto a de Piratininga, de Tambaqui e de Tilápia chegou a 263.823 kg, totalizando o valor de R\$ 2.812 milhões. No que se refere às outras criações animais, havia 490 cabeças de bubalinos, 65 cabeças de caprinos e 2.650 cabeças de equinos no município. No âmbito da criação de aves existiam 800 cabeças de codornas e 59.500 de galinhas. Na tabela 3, também se visualiza resultados da produção animal no município. Nota-se o crescimento exponencial da produção de mel na primeira década de 2000, assim como a variação da produção entre 2010 e 2013. Já a produção de ovos sofreu com oscilações na produção entre 2000 e 2003, sendo que a partir de 2004 passou por um decréscimo na produção, cenário que se manteve até 2010, quando apresentou aumento de valor para os anos subseqüentes.

Gráfico 3 – Efetivo de Animais por Cabeça em Diferentes Criações, de 2000 a 2013-Estado de Goiás, Município de Itapuranga.



Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB. Elaboração: SILVA, E. B. da, 2015.

No que tange a produção de leite, o comportamento é parecido, com aumento na produção até 2003, queda até 2009, e recuperação a partir de 2010. No Gráfico 4 percebe-se este comportamento, com a análise de vacas ordenhadas. Neste sentido, em 2000 eram 25.000 vacas ordenhadas, em 2003 este valor subiu para 28.000. Mas a partir de 2004 sofreu quedas subsequentes atingindo em 2009, 21.300 matrizes ordenhadas, sendo que após 2010 apresentou relativa recuperação, alcançando o número de 27.000 vacas ordenhadas em 2013.

Tabela 4: Produção Animal (2000-2013), Estado de Goiás, Município de Itapuranga.

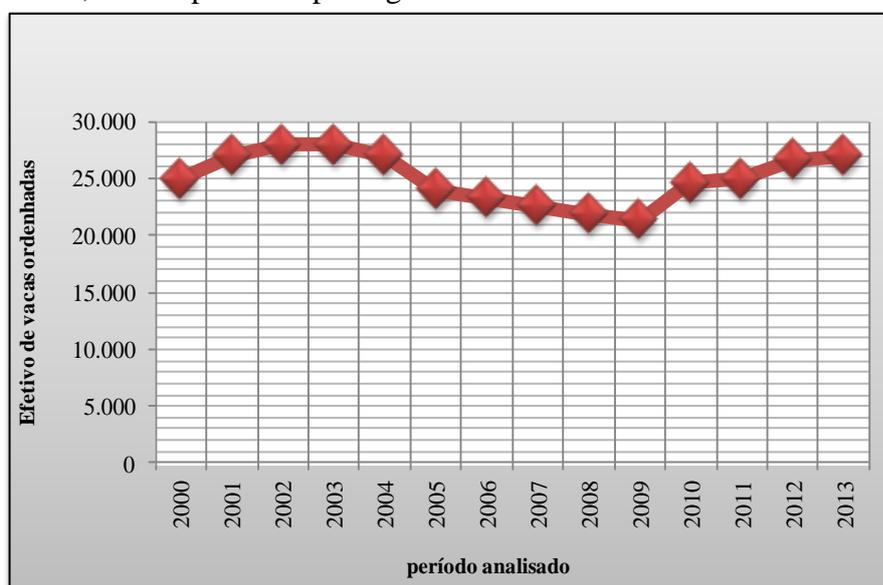
Períodos	Produção de leite, (mil/l).	Produção de mel, (Kg.).	Produção de ovos, (mil/ duz.).
2000	34.500	350	282
2001	37.000	400	322
2002	40.320	500	315
2003	30.800	500	272
2004	30.690	600	254
2005	23.760	3.500	242
2006	23.100	3.800	238
2007	22.386	3.900	235
2008	21.710	4.000	233
2009	21.115	3.880	226
2010	27.060	4.074	226
2011	27.500	4.000	281
2012	29.700	4.200	282
2013	30.147	4.000	310

Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.  
Org: SILVA, E. B. da, 2015

Na análise constata-se que a queda e a ampliação da produção camponesa tem relação com fortalecimento e diminuição da produção de *commodities* no município, principalmente do setor sucroenergético. Isto porque os dados referentes a outras *commodities*, como: café, soja e milho não são representativos. O último, por exemplo, tinha em 2000 uma produção de 19.200 toneladas, diminuiu até 2006 para 7.700 toneladas, teve oscilações positivas entre

2007 e 2009, variando de 17.600 a 10.560 toneladas respectivamente. Mas a partir de 2010 sofreu com quedas contínuas, atingindo 2.880 toneladas em 2013. Ou seja, uma perda de área de 6.000 hectares em 2000 para 800 hectares em 2013.

Gráfico 4 – Efetivo de Rebanho de Vacas Ordenhadas por Cabeça, do Período de 2000 a 2013-Estado de Goiás, Município de Itapuranga.



Fonte: Instituto Mauro Borges, IMB. Elaboração: SILVA, E. B. da, 2015.

Portanto, o território da lavoura temporária do município é monopolizado pela monocultura da cana. Evidentemente que se deve considerar a monocultura das pastagens, mas seu uso é representativo tanto na atividade patronal, quanto na produção camponesa, na primeira é destinada a criação extensiva de gado de corte, enquanto na segunda o uso se verte para o rebanho leiteiro. Sendo assim, os dados das lavouras temporárias e permanentes evidenciam um comportamento, que salvo algumas exceções, apresenta uma queda de 2000 até o final desta década, principalmente entre 2005 e 2010, exatamente o período de instalação e intensificação dos investimentos da Vale Verde em Itapuranga com apoio do Estado.

A diminuição da área de produção de cana no município a partir de 2010, com a transferência do beneficiamento para as Unidades industriais de Itapaci e Anicuns, além do fim de contratos de arrendamento, ou a retomada de terras que tinham contínuos débitos não pagos pela usina, articulado com os programas vinculados a COOPERAFI, principalmente de compra institucional e a existência das treze associações e, por conseguinte, de duas Feiras livres representou relativa recuperação da produção camponesa. Mas o fato é que, ao contrário do que destacam Alves & Buainain et. al (2013), o Estado não saiu a francesa do agronegócio. Os dados do MAPA (2015) confirmam isto, pois para o Plano Safra 2014/2015 houve destinação de R\$ 156,1 bilhões em créditos para a agricultura empresarial, sendo que no ano anterior haviam sido direcionados R\$ 136 bilhões ao mesmo setor. Enquanto isso, para a agricultura familiar o plano Safra 2014/2015 garantiu somente R\$ 24,1 bilhões.

### Considerações finais

Houve para o período analisado uma ação do capital hegemônico sobre o território de Itapuranga, que determinou seu domínio e apropriação pelo agronegócio. Este uso contou com investimentos do Estado, o que acarretou na monopolização do território camponês, com a expansão dos arrendamentos. No entanto, esta ação não representou a extinção do campesinato, pois resistiram articulados nas suas organizações, que possibilitaram o acesso a políticas públicas, por meio de canais de comercialização direta, como das compras institucionais, além das feiras livres e da comercialização de porta em porta, como se observa com o leite, vendido *in natura* no centro urbano do município.

Ademais, a pesquisa de campo demonstrou que a produção camponesa no período foi maior do que aquela retratada pelos órgãos oficiais, já que muitas mercadorias comercializadas não aparecem nos dados estatísticos destas instituições. Mas não se pode desconsiderar o cerco da produção camponesa em Itapuranga, representada pelo poder político, econômico e discursivo do setor agroenergético. Todavia, como se trata de um capital nômade, que conta com apoio do Estado, dentro de determinadas conjunturas pode diminuir seus investimentos, o que permite a retomada dos territórios pelo campesinato. Os dados relativos à Itapuranga demonstram isto para os primeiros anos da segunda década do século XXI.

Agora, certamente estes espaços estão degradados, exauridos e sem a infraestrutura necessária para a produção. O que remete a necessidade de políticas públicas conjuntas, voltadas para a produção camponesa. No entanto, o que se depreende da análise é que no Brasil há políticas setoriais, que privilegiam determinados produtos, produtores e regiões, não preferencialmente políticas territoriais, que levem em conta os sujeitos presentes nos territórios. É fato que as políticas de comercialização por meio de compras institucionais tem sido importantes, mas se mostram insuficientes, diante da necessidade de apoio ao beneficiamento da produção, à logística de transporte, enfim a desburocratização do acesso ao crédito para a produção camponesa. Cabe aos “não convidados para a festa” se perguntarem: este projeto tem produzido uma sociedade melhor? Mais justa, mais democrática, mais igualitária? Se isso não ocorre, cabe a eles apresentarem outro projeto e lutarem pela materialização deste no território itapuranguense.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.

ALVES, Eliseu; BUAINAIN, Antônio M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, nº. 2, p. 105-121. 2013.

BEZERRA, Juscelino E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. In: **Revista NERA**. Ano 12, nº. 14. P. 112-124. Jan./Jun., 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil: Um breve olhar para ontem e hoje. In: \_\_\_\_\_. **“No Rancho Fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

\_\_\_\_\_. Parentes e Parceiros: relações de parentesco e relações familiares de produção entre camponeses de Diolândia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato goiano**. Goiânia: Editora da UFG, 1986. 15-81 p.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *In: Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 01, nº 01, fev./ 2010, 18 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. P. 31- 44. Jul./ 13.

COSTA, Francisco Assis. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. P. 45-60. Jul./ 13.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. P. 60-68. Jul./ 13.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 45-69 p.

FERNANDES, Uelton F.; INTINI, João M.. Bancada ruralista: a face política do agronegócio. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. P. 70-86. Jul./ 13.

GRUPO FARIAS. [www.grupofarias.com.br](http://www.grupofarias.com.br) . Recife, Brasil. Acessado em: 10 de Maio de 2015.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA. [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) . Brasília, Brasil. Acesso em: 08 de Maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 08 Abr. 2015. 775 p.

\_\_\_\_\_. [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br). Brasília, Brasil. Acesso em: 08 de Maio de 2015.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Estatísticas Municipais**: séries históricas. Goiânia: IMB, 2015. Disponível em: <[www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)> Acesso em: 08 de Abril de 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 79-85 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MACHADO, Waltuir Batista; ALMEIDA, Luis Manoel de Moraes Camargo. Financiamento agrícola: particularidades da agricultura familiar sob a perspectiva dos produtores beneficiários e não beneficiários do PRONAF no município de Itapuranga-Goiás. *In: Conjuntura econômica goiana, junho/2012*. Goiânia: SEEGPLAN, 2012, p. 1-13. Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)>. Acesso em: 10 de Maio de 2015.

MARTINS, Adalberto. A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. *In: Seminário da região Sul sobre a Agroecologia*. Porto Alegre: Setembro de 2012. 10 p.

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *In: Raízes*, Campina Grande, vol. 22, nº. 02, jul./dez. 2005. 110-123 p.

MATTEI, Lauro. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. *In: Revista de economia e sociologia rural*. Piracicaba, V. 52, Supl. 1, p. 105-124. Fev. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Brasília, Brasil. Acesso em: 10 de Maio de 2015.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **Cartilha Estadual: 10º** balanço/janeiro a abril de 2010. Brasília: Ministério do Planejamento (MINTER), 2010, 48 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. *In: Revista Nera*, nº 07, jul./dez 2005, 21 p. Disponível em: [revista.fct.unesp.br/index.php/nera](http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera). Acesso em: 15 Fev. 2013.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. P. 13-30. Jul./ 13.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *In: Revista de economia e sociologia rural*. Piracicaba, V. 52, Supl. 1, p. 025-044. Fev. 2015.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. – O campesinato como ordem Moral. *In: Anuário Antropológico*. Ed. UNB- tempo brasileiro, 1990. 71 p.

Artigo recebido em 16-05-2015  
Artigo aceito para publicação em 19-08-2015